



informe ASUNIRIO

Associação dos Trabalhadores em Educação da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Fundada em 10 de dezembro de 1985

Rio de Janeiro, 11 de março de 2011 - Ano 13 - nº 144 * Distribuição Gratuita * Criado em 25 de dezembro de 1998

Plenária aponta greve para o dia 28/03

A Plenária realizada apenas no período vespertino do dia 16 de fevereiro, contou com a participação de mais de três mil caravaneiros, tendo a ASUNIRIO levado 10 pessoas. Ao todo, foram 38 entidades credenciadas e 134 delegados. Na Plenária, representaram a ASUNIRIO, Luiz Carlos, Wilson e Jorge Teles.

Foi assegurada a manifestação e avaliação de representantes de todas as entidades de base presentes.

O Plano de Lutas aprovado dá continuidade a Jornada de Lutas iniciada no dia 03 de fevereiro – Dia Nacional de Luta - e reafirma as resoluções da Plenária de dezembro de 2010, incorporando a luta contra a MP 520, que criou a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares SA (EBSERH) para os HU's.

Para dar consequência ao plano de lutas já aprovado na Plenária de dezembro de 2010 e o calendário construído nesta Plenária, é imprescindível que as entidades de base se comprometam em dar encaminhamento às proposições aprovadas que demandam uma ação nas bases da categoria.

INDICATIVO DE GREVE

- Aprovado o indicativo de greve para o dia 28 de março. Esta data indicativa de deflagração da greve deverá ser construída nas bases, para que, caso as negociações não prosperem, seja deliberada em Assembleias Gerais em cada entidade de base, no dia 15 de março de 2011.

Continua na página 3

Jorge Teles assume a Coordenação de Seguridade Social da FASUBRA

O Coordenador Geral da Associação de Trabalhadores em Educação da UNIRIO (ASUNIRIO), Jorge Teles, é agora Coordenador de Seguridade Social da Federação de Sindicatos de Trabalhadores das Universidades Brasileiras (FASUBRA).

O fato ocorreu devido a problemas que vem ocorrendo com Marcos Borges, titular da pasta. Marcos vem tendo dificuldades para ser liberado em sua universidade para tratar das demandas da federação.

Desta forma, Oscar, Coordenador Geral da ASUNIRIO e Coordenador da corrente política PS-Livre na UNIRIO (pensamento livre), usando todo seu conhecimento político a nível nacional, indicou o companheiro Jorge Teles para substituir o amigo Marcos Borges, temporariamente, até que a FASUBRA, junto ao reitor da Universidade de Santa Catarina, resolva a questão. Vale ressaltar que a indicação foi aceita por todos que se pronunciaram diante da solicitação.

Segundo Oscar, a ideia também é oferecer a Jorge a experiência necessária para atuar em Brasília, junto a federação. Esperamos que no próximo Congresso da FASUBRA Jorge seja mais uma vez aceito pela corrente política e faça parte da chapa que irá concorrer à direção da FASUBRA.

Segundo Jorge, o desafio de estar na direção da FASUBRA é muito grande. "Mas tenho certeza que lá estarei lutando em prol de toda a categoria de técnico-administrativo quanto as nossas reivindicações", disse Jorge.



Comissão homologa candidaturas

A Comissão de Operacionalização do Processo de Consulta à Comunidade para Escolha do Reitor – Gestão 2011/2015 – informa que nenhum recurso referente à impugnação de candidaturas foi formalizado. Assim declara que as candidaturas do Prof. Dr. Antonio Brisolla Diuana; Prof. Dr. Luiz Pedro San Gil Jutuca; e Prof. Dr. Rossano Kepler Alvim Fiorelli estão oficialmente homologadas.

Alteração – As campanhas se encerrarão às 21h do dia 01/04. E a apuração terá início às 23h do dia 6 de abril. A Comissão de Operacionalização do Processo de Consulta à Comunidade para Escolha do Reitor (Gestão 2011/2015) informa que no dia 3 de março foi realizado o sorteio da ordem de inclusão dos candidatos nas cédulas que serão usadas no processo. No sorteio, ficou definido o número correspondente para cada candidato: 1 - Prof. Dr. Luiz Pedro San Gil Jutuca; 2 - Prof. Dr. Rossano Kepler Alvim Fiorelli; 3 - Prof. Dr. Antonio Brisolla Diuana.

Confira as alterações no cronograma na **página 8**.

BALANCETE JANEIRO

ASSOCIAÇÃO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO DA UNIV. FED. DO EST. DO R. DE JANEIRO-ASUNIRIO				Balancete Mensal (Dispositivo legal: Art. 45, letra "d", do Estatuto)		JANEIRO 2011	
PAGAMENTOS ATRAVÉS DA TESOUREARIA				RECEITAS E OUTROS RECEBIMENTOS			
CAIXA GERAL				Banco do Brasil S.A - conta Corrente			
Assessoria Jurídica	Escr Boechat	dezembro	1.182,00	Contribuição Liq. Associados FI. DEZEMBRO		33.469,36	
Folha de Pagamento	Funcionário	dezembro	694,57				
DARF - DCTF	Rec Fed	dezembro	1.000,00				
Folha de Pagamento	Autônomos	dezembro	2.546,54				
GPS/INSS	Guias recolh.	dezembro	1.136,46	Total Receita Social depositada.....		33.469,36	
GFIP/FGTS	Guias recolh.	dezembro	93,60				
SINTESI - Mensalidade Sindi	funcionário	dezembro	7,80				
DARF - IRRF/PJ		dezembro	18,00				
Material de Consumo	Expediente		266,74				
Correios - Envio de jornal aos aposent e pension.	512		670,70				
Impressão de jornal	"Informe ASUNIRIO"		741,00				
Despesa c/ transporte	Expediente	R.Janeiro	447,57				
Despesa c/ transporte	Em viagem		0,00				
NEXTEL	conta de celulares	dezembro	3.106,77				
EMBRATEL	DDD	setembro	37,93				
Aluguel quadra esportiva	quadra	dezembro	260,00				
Assinatura mensal de jornal	O GLOBO	Coord. Gal.	43,29				
Manutenção mensal Inform	mensal	dezembro	400,00				
Alimentação e Lanche	Expediente.Adm.		418,10				
Vale-transporte (22 dias)	Funcionário	janeiro	316,80				
Auxílio Alimentação	Funcionário	janeiro	220,00				
Plantão Diretoria mês	por Coordenação	55 plant.	3.850,00				
Coord. Geral	(08 x R\$ 70,00)		560,00				
Coord de Educação	(09 x R\$ 70,00)		630,00				
Coord de Aposentados	(03 x R\$ 70,00)		210,00				
Coord. Social	(06 X R\$ 70,00)		420,00				
Coord Jurídica	(08 x R\$ 70,00)		560,00				
Coord de Adm e Finanças	(07 x R\$ 70,00)		490,00				
Coord. Pol. Sindicais	(08 x R\$ 70,00)		560,00				
Conselho Fiscal	(06 x R\$ 70,00)		420,00				
Representação	Direção		70,00				
Ajuda de Custos	Direção	10x20,00	200,00				
FASUBRA	mensalidade	dezembro	1.673,47				
Despesa Cartorial			32,40				
Contribuição a Entidade	UFF		400,00				
PIS - Folha de Pagamento		dezembro	11,70				
Xerox	A3		220,90				
Total dos pagamentos efetuados pelo Caixa geral			20.066,34				
				Saldo do mês anterior.....		111.466,24	
				Transferência de c/corrente p/aplicação		0,00	
				Rendimentos dos meses anteriores nov/dez		872,53	
				Rendimentos do mês		0,00	
				Estorno de resgate mês anterior		0,00	
				Resgates p/cobrir o Conta Corrente		0,00	
				IRRF retido pelo Bco do Brasil S/A s/aplicação		-33,03	
				Total da conta de Aplicação.....		112.305,74	
				Banco do Brasil S.A - conta Corrente			
				Saldo do mês anterior.....		2.665,03	
				Valores recebidos na conta	Consig	33.469,36	
				Tar banc.deb.diretam.-BB	mês anter.	0,00	
				Tar banc.deb.diretam.-BB	cf.aviso	-7,25	
				Transf.Bco p/Conta Geral	Cheques	-22.243,99	
				Transf.Cta Corrente.p/aplic BB	Of. 52/2010	0,00	
				Transferido do Cxa. Geral	depós.	0,00	
				Déb. autom. Ctas. Telefone fixo	Telemar	-480,30	
				Cheque não compensado		0,00	
				Cheque mês anterior compensado	851420	-1.121,50	
				Depósito (on-line) associados	rec soc	0,00	
				Estorno de tarifa realizada p/BB	rec event	0,00	
				Resgate de aplicação para c/corrente		0,00	
				Saldo Conta Corrente-BB.....		12.281,35	
				ATIVO IMOBILIZADO			
				Invent. anterior Bens Móveis	dezembro	25.632,73	
				Bens adquiridos no mês...	janeiro	0,00	
				Bens baixados no mês	janeiro	0,00	
				Saldo atual do inventário	>>>>>>	25.632,73	
				MOVIMENTAÇÃO DOS RECURSOS DO CAIXA			
				Saldo do mês anterior (caixa Geral).....		649,59	
				Total das transferências para o Caixa Geral:			
				>>>>>Banco do Brasil S.A.		22.243,99	
				>>>>> Cheque cancelado - 851418	ñ/compens.	-2.578,48	
				Subtotal.....		20.315,10	
				Total das despesas pagas p/Conta Geral.....		-20.066,34	
				Saldo da Tesouraria.....		248,76	
				>>>>>>>>DEMONSTRATIVO DOS SALDOS FINANCEIROS<<<<<<<<<			
				Bancos Conta Corrente	Banco do Brasil	Extrato:	31/01/11 12.281,35
				Aplicação Financeira	Bco.Brasil -Renda Fixa 25 Mil	Extrato:	31/01/11 112.305,74
				Suprimento de Fundos		Saldo:	31/01/11 0,00
				Dinheiro em poder da Tesouraria	Caixa Geral	Saldo:	31/01/11 248,76
				TOTAL.....			124.835,85

Assinaram: Jorge Luiz Teles Vieira (pela CG), Ernani Pedro Zimmermann (piCAF) e Nelson M. Soeiro-Contador CRCIRJ - 02634310-0

ASSÉDIO MORAL

Metade dos que praticam assédio moral também já foram assediados

Aproximadamente 20% das pessoas que trabalham sofrem algum tipo de assédio moral e 25% das pessoas que são vítimas do assédio tendem a pedir demissão do trabalho. 50% das pessoas que praticam o assédio também já foram vítimas desse tipo de ação.

Os dados são da Isma-BR (International Stress Management Association), a associação sem fins lucrativos e de caráter internacional voltada à pesquisa e ao desenvolvimento da prevenção e do tratamento de stress no mundo.

“O cumprimento de metas associado ao assédio pode gerar um estresse bárbaro, sendo que, em algumas ocupações, como a de bancário, se tornam um pesadelo.

Isso porque o não cumprimento de metas pode ocasionar a desqualificação do profissional.

Além disso, dependendo do tipo de assédio, o comportamento da pessoa pode mudar, tornando-se mais agressiva ou alienada.

Ela pode se engajar em comportamentos, como beber além da conta ou ganhar peso rápido”, adverte Ana Maria Rossi, presidenta da Isma-BR.

“O que sugerimos é que essa pessoa procure algum tipo de ajuda emocional ou assistência psicológica”, completa.

Para Ana Maria, quem comete o assédio também pode sofrer estresse e até depressão.

Para se proteger, sugere que a vítima, ao identificar o assédio, partilhe a situação com outras pessoas e, em última análise, saia da empresa, já que, pior do que perder o emprego é desenvolver algum tipo de doença devido ao abuso de outra pessoa.

“Isso é muito pessoal e vai depender da situação. É preciso avaliar. Muitas vezes o assédio é sutil e, quando os colegas tomam conhecimento, também se estressam.

Colegas de trabalho podem ter medo de seqüelas, sentindo-se culpados por não denunciarem”, disse.

Estresse - O conceito de estresse não é novo. O stress positivo, chamado de eustresse, assim como o negativo, chamado de distresse, causam reações fisiológicas similares: as extremidades (mãos e pés) tendem a ficar suados e frios, a aceleração cardíaca e pressão arterial tendem a subir, o nível de tensão muscular tende a aumentar.

No nível emocional, no entanto, as reações ao estresse são bastante diferentes.

O estresse motiva e estimula a pessoa a lidar com a situação; o distresse acovarda o indivíduo, fazendo com que se intimide e fuja da situação.

EXPEDIENTE

Coordenação Geral: Oscar, Wilson Ferreira Mendes, Jorge Luiz Teles Vieira

Coordenação de Educação: Celio de Gois Serafim, Edilan Fialho dos Santos

Coordenação de Administração e Finanças: Ernani Pedro Zimmermann de Oliveira, José Carlos Passarelli

Coordenação de Políticas Sindicais e Comunicação: Luiz Carlos Gomes, Jerusa Ferreira Braga

Coordenação de Políticas Sociais,

Culturais, Esporte e Lazer: Sheila Maria Custodia Artur Bernardes, Lucinel de oliveira Souza

Coordenação Jurídica e Relações de Trabalho: Benedito Cunha Machado, Antonio Luiz Mendonça Correia

Coordenação de Assuntos de Aposentadoria e Pensão: Sílvia Senna Ramalho da Silva, Maria José dos Santos Silva

Coordenação de Raça, Gênero e Etnia: Paulo Henrique Ferreira, Milton Pesanha Pereira da Silva

Suplentes: Cristiane da Silva Moreira Mello

Conselho Fiscal: Isabel Gomes da Nóbrega, Márcio Jaimovich, Eloi Barbosa e Wilma F. Araujo.

Tiragem: 2.000 exemplares.

Impressão: News Technology Gráfica Editora Ltda.

Diagramação: Rafaela Pereira

Reportagem: Rafaela Pereira

Jornalista Responsável: Rafaela Pereira - MTB JP 23991 RJ (rafaelapgomes@gmail.com)

ASUNIRIO: Av. Pasteur, 296/sala 607
Urca - RJ
Cep: 22290-240

Tel/Fax: (21) 2541-0924

Site: www.asunirio.org.br

Endereço eletrônico:
asunirio@asunirio.org.br

Horário de funcionamento: 10h as 16h

O conteúdo deste informativo é responsabilidade da Diretoria Executiva da ASUNIRIO. Filiada a FASUBRA Sindical

Relatório Plenária Nacional da FASUBRA

MP-520-EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES SA

Privatização dos HU'S e desrespeito a autonomia universitária.

- Divulgar, na base, a análise da FASUBRA sobre a MP - 520 e a Moção do CNS - Conselho Nacional de Saúde - contrária a MP - 520.

- Cobrança, junto aos Conselhos Superiores das Universidades, de posição contrária a MP - 520.

- Pressão junto aos reitores, cobrando posição contrária a MP - 520 e seu compromisso de que a ANDIFES também siga a orientação de se manifestar contra a MP.

- Fazer reuniões com os docentes, discentes e usuários para construção de plano de ação conjunta na luta contra a MP 520.

- Pressão junto aos parlamentares em cada base eleitoral (estados e municípios), entregando o material elaborado pela FASUBRA, cobrando posição contrária a MP - 520.

- Envio de Carta - CONTRA A MP-520 ao Gabinete do Deputado Danilo Forte - PMDB - CE - relator da MP-520. A proposta tem como meta encher a caixa postal do deputado. (dep.daniloforte@camara.gov.br)

- Pautar nos Conselhos Estaduais e Municipais de Saúde o tema MP - 520, apresentando a análise da FASUBRA, moção do Conselho Nacional de Saúde e solicitando apoio e posição nesta luta.

- Reproduzir - com prioridade - o material preparado pela FASUBRA em out-doors próximo aos HU's e as Universidades.

- Encaminhar para a Imprensa a Carta Aberta de esclarecimento a população acerca da MP-520. Carta será preparada pela FASUBRA.

CALENDÁRIO DE LUTAS 2011

Março

10 - Dia Nacional de Luta nas Entidades de Base, realizando reunião com cada reitor, entregando o material elaborado pela FASUBRA sobre a MP-520, cobrando posicionamento dos reitores;

11 - Dia Nacional de Luta nas Entidades de Base em reunião com os parlamentares locais; 12,13,14 - Seminário de PNE - Plano Nacional de Educação.

14 a 18 - Semana de mobilização, centrando atividades nos HU's, pautando a questão salarial e MP 520.

15 - Rodada de Assembléias nas bases para avaliar Indicativo de Greve.

18 - Dia Nacional de Luta contra MP 520 com paralisações;

23,24,25 - Congresso da CEA

26 - Plenária Nacional (um dia) para deliberar sobre o Indicativo de Greve;

27 - Reunião ampliada das entidades do SPF's;

28 - Indicativo de Greve.

APROVADO NA PLENÁRIA DE DEZEMBRO DE 2010

- Em defesa do direito irrestrito de greve;

- Luta contra o veto do fator previdenciário;

- Luta contra a Terceirização no Serviço Público;

- Abertura imediata de concursos públicos;

- Destinação de 10% do PIB para educação;

- Aprovação da EC 29;

- Nenhum direito a menos advindos de reformas;

- Pelo restabelecimento dos direitos retirados nas últimas décadas pelos governos;

- Destinação de recursos públicos apenas para os organismos estatais;

- Pela revogação da Lei 9.632/98 e de todas as demais leis que extinguem cargos no serviço público;

- Contra qualquer forma de terceirização no serviço público e pela reposição imediato dos cargos terceirizados;

- Contra a MP-520 - (cria empresa estatal de direito privado para gerir os HU's);

- Contra o PL 549/09 (congelamento de salários);

- Lutar pela aprovação da PEC - 257 - Ascensão funcional ;

- Contra o PLP 92/07 (Fundação Estatal de Direito Privado);

- Contra a PEC 341 (Revisão Constitucional);

- A favor PEC 270 (aposentadoria por invalidez);

- A favor PEC 555 (suspende a contribuição previdenciária);

- Revogação do veto fator previdenciário;

- Contra o PLP 248/98 (Demissão por insuficiência de desempenho);

- Campanha de combate às práticas do Assédio Moral e a todos os tipos de assédio (sexual e outros);

- Auditoria da Dívida;

- Revogação das Orientações Normativas sobre:

Reposicionamento dos Aposentados;

Adicional de Insalubridade;

Aposentadoria Especial.

COORDENAÇÃO JURÍDICA E RELAÇÕES DE TRABALHO

Andamento das ações judiciais referentes à correção das parcelas dos 28,86%

Escritório de Advocacia Gomes de Mattos

Jassenilde da Silva Menezes e Menezes

Manuel Luiz Alves Filho

Nadia Giesta de Souza

Custódio Giesta de Souza

José Hortão Soares

Dulce Barata Lydia

Paulo Edison Coutinho Marques

Wilma Ferreira Araujo

Euclides Guimarães Neto

Orlando Bitar Bezzoco

Nicéa Maria de Oliveira Filha

Osmar da Silva

Sônia Terezinha de Oliveira

Euridice Cristina de Freitas

Jorgina Soares Miranda Improcedente

Maria Helena Parreira de Azevedo

Maria Celeste de Oliveira Silva

Elizabeth Pinheiro Araujo

Dilma da Conceição Moreira

Rosaly Ribeiro

Silvia Senna Ramalho da Silva

Antonio Carlos Monteiro

Maria da Conceição Dias

Theodora Siqueira de Senna

Sandra Maria Silvino Mondaini

Claudio Ramos de Medeiros

Sheila Maria Custodia Artur Bernardes

Rita Maria de Cassia Alves

Fernando Borges

Eurides Lourenço Pinto

Pulcheiro de Calazans

Ana Maria de Almeida

Mauricio Antunes da Costa

Sueli Oliveira da Costa Martins

José Juarez de Paiva Vasconcelos

Maria De Lurdes Freitas

Ana Cristina Rodrigues

Nair Da Silva de Araujo

Valezia Maria Ribeiro

Edilan Fialho dos Santos

Antonio Luz Mendonça Correia

Dalva Maria dos Santos Francisco

Ailton Rosa do Nascimento

Odete Ferreira da Silva Nunes

Cleusa Nunes dos Santos

Alvacir Fernandes Garcia

Evelise Barbosa de Moura

José Mauro Pachêco Souza

Maria Helena de Azevedo Pinto

Ismael De Barros Mello

Maria Cardoso de Sant'ana

Maria Lili Alves

Joliva dos Santos Souza

Adalberto Pinto Canabarro

Jeluciana Ferreira Santos

Improcedente

26/01/2011 Para Despacho

11/01/2011 Para Sentença

11/01/2011 Para Sentença

13/01/2011 Para Despacho

Improcedente

Distribuição

Distribuição

Distribuição

31/01/2011 Para Despacho

31/01/2011 Para Decisão

07/02/2011 Para Despacho

07/02/2011 Para Despacho

04/02/2011 Para Sentença

02/02/2011 Para Sentença

Improcedente

Improcedente

14/01/2011 Para Despacho

14/01/2011 Para Despacho

Improcedente

Vale lembrar que Oscar e Benedito fazem plantão **todas às quartas-feiras, das 10h às 16h**, na sede da ASUNIRIO.

Encontro de aposentados da FASUBRA

Aconteceu, no dia 17 de fevereiro, no auditório da Confederação Nacional dos Trabalhadores Industriais (CNTI), em Brasília, o Encontro de Aposentados da Federação.

Em pauta, estavam PECs 270, de 2008 e 555, de 2006: uma luta necessária; preparando para aposentadoria; reposicionamento dos (as) aposentados (as); e estratégias a serem seguidas.

Confira o relato do encontro com destaque de algumas falas dos expositores e intervenções feitas pelo plenário.

Coordenação dos Trabalhos: Edilson Lopes e João Santiago (Coordenação dos Aposentados). Relatoria: Graça Ferro.

09h30 - Mesa de abertura - Leia e Rolando (Coordenação Geral) e **Edilson e João** (Coordenação de Aposentados)

Os (as) Coordenadores (as) Gerais abriram o Encontro, saudando os (as) presentes e ressaltando a importância da participação dos (as) trabalhadores (as) aposentados (as) e aposentados (as) no evento.

Enfatizaram que a realização do evento ocorreu no momento bem oportuno de mobilização da categoria, após a Marcha dos (as) trabalhadores (as) do Serviço Público e a Plenária Nacional da FASUBRA, do setor das federais, realizados no dia anterior, com expressiva participação dos (as) trabalhadores (as).

Logo a seguir, passaram a palavra aos Coordenadores de Aposentados que também se pronunciaram. O Coordenador Edilson Lopes fez uma saudação política e desejou sucesso a todos os companheiros e companheiras aposentados e aposentados. O Coordenador João Santiago fez uma saudação e enfatizou a necessidade do Encontro servir para a luta dos aposentados e aposentados da base da Fasubra; com a ofensiva do governo no corte do orçamento e na aprovação do mísero salário mínimo de R\$ 545,00, essa luta faz-se mais do que necessária, pois este governo alia-se com os banqueiros em detrimento dos trabalhadores e aposentados.

Logo a seguir, sem delongas, chamaram os componentes da primeira Mesa e expuseram a dinâmica dos trabalhos que se constituiu na apresentação do tema por parte dos expositores e, como de praxe, abertura para intervenções do Plenário.

10h - PECs 270 e 555 – Uma luta necessária - Para esta Mesa haviam sido convidados: Senador Paulo Paim (PT), Deputada Federal Andrea Zito (PSDB) e Deputado Arnaldo Faria (PTB), que não compareceram. A deputada Andrea enviou Hermano Tavares para substituí-la. Foi distribuído um PL do Senador Paulo Paim, que trata sobre alteração da Lei 11091, de 2005 (Reposicionamento dos Aposentados)

Compuseram a Mesa: Hermano Tavares (em substituição à Deputada Andrea), Edson Guilherme (Presidente do MOSAP) e Osmar

Markense (STU).

Hermano Tavares iniciou, ressaltando o seu prazer em falar a respeito da PEC 270, de 2008, pois, segundo afirmara, o assunto faz parte de sua luta. Falou da origem da PEC, que surgiu em 2007 a partir da indignação em relação às medidas prejudiciais aos (às) trabalhadores (as) que se aposentam por invalidez permanente, advindas da PEC 41, de 2003. Falou que a deputada teve a iluminação de criar esta PEC para minimizar os efeitos da referida PEC. Falou, também, que esta não foi adiante por impedimentos criados pelo governo à época.

Continuando, lembrou que, hoje, com a reeleição da deputada, o assunto felizmente voltou à tona. Segundo ele, é preciso que os (as) trabalhadores (as) do serviço público federal lutem e busquem sensibilizar os (as) trabalhadores (as) das outras esferas – estaduais e municipais. É também importante que também os (as) ativos (as) sejam sensibilizados (as) para brigar pela aprovação desta PEC, porque eles (as) também amanhã serão aposentados (as).

Conforme informou, a deputada e ele estão incomodando todos (as) na Câmara no sentido de que se sensibilizem para a sua aprovação. Aqui, pode-se observar como a FASUBRA é forte. Aqui, pode-se ver que estão unidos (as) aposentados (as) e aposentados (as). Sabe-se que só com união pode-se e espera-se conseguir a sua promulgação. Finalizou com uma saudação à categoria, enfatizando a importância da luta dos (as) trabalhadores (as) das Universidades Brasileiras, organizados (as) nos Sindicados.

Edson Guilherme - Iniciou sua fala saudando todos (as) os (as) participantes bem como da Mesa. Continuando, falou que os (as) trabalhadores (as) são o exército da FASUBRA e os (as) dirigentes sem os (as) mesmos (as) não funcionam.

Lembrou que a PEC 270 foi votada de uma forma muito rápida. Que o Deputado Arnaldo Faria de Sá apresentou o relatório, que foi aceita de imediato pelo Congresso Nacional. Frisou que o mesmo não aconteceu com a PEC 555. Lembrou que esta foi muito polêmica e não foi aceita na sua proposta original. Colocou que em relação à mesma foi apresentada uma emenda de escalonamento de idade. Ressaltou que duas propostas estão prontinhas numa gavetinha das comissões.

Lembrou também que, à época, ele foi ao Congresso solicitar que as duas propostas fossem postas em votação para ganhar ou perder. Agora, no momento, é preciso que se faça uma ação junto ao parlamento.

Então, segundo o expositor, este encontro é importante para todos (as) os (as) trabalhadores (as) do serviço público, ativos (as) e aposentados (as). Pediu aos (às) presentes que levem esta mensagem a todos (as) para que assumam esta luta.

Continuando, ressaltou que o governo, quando quer fazer aprovar o que quer. Portanto, é preciso fazer pressão juntos aos (às) parlamentares. Sabe-se que quando a gente procura estes (as) parlamentares, eles (as) dizem que se deve pres-

sionar as lideranças dos partidos e a Presidente Dilma.

Frisou que o MOSAP tem a intenção, neste ano, de organizar reuniões regionais e estaduais para chamar os (as) trabalhadores (as) para assumirem esta luta. Enfatizou que “o resgate de nossa dignidade depende de nós, ninguém fará por nós, só nós podemos fazer isto”.

Finalizou sua fala, convidando a FASUBRA para participar das reuniões do MOSAP, com esta frase: “Vamos a luta para aprovar a PEC 270 e a PEC 555!”

Osmar Markense – Iniciou sua fala, registrando que queria acrescentar alguns elementos sobre as PECs, mas, principalmente, que gostaria de apresentar sugestões de ações a serem construídas.

Teceu vários comentários sobre o orçamento de união. Fez referência aos cortes nos gastos públicos nas áreas da saúde e da educação. Afirmou que não há déficit no orçamento da Previdência. Que dinheiro está sobrando e que é preciso apenas saber dar prioridades e remanejar recursos do orçamento para as políticas públicas. Lembrou que do orçamento da união, hoje, 36% vão para a dívida pública. Portanto, tem mais dinheiro para estes fins do que para as políticas sociais. Para o SUS, apenas 6% do orçamento é destinado.

Por isto, segundo ele, tem-se uma luta pela frente que é a de disputa de poder. Colocou que se quer o reajuste real dos aposentados que ganham acima do mínimo. Enfatizou que o salário mínimo também não teve ganho real. Colocou que o (a) trabalhador (a) não tem culpa do país não ter alcançado o crescimento desejado. Então, não se pode deixar de defender o projeto 4434 do Deputado Paulo Pain, que propõe uma recomposição das perdas para os (as) aposentados (as).

Continuou afirmando que tem dinheiro. Felizmente, hoje o governo já admite que não existe déficit na previdência, ao contrário, há sobras do ano anterior. Só é preciso, então, que o dinheiro da previdência seja usado para a própria previdência. Segundo suas afirmações “nosso trabalho político é fazer o governo colocar na pauta estes projetos. Isto não vai quebrar nada. Há recursos suficientes.”

Falou também sobre a Reforma Tributária, dizendo que a Presidente está interessada em propor uma desoneração da carga tributária dos empresários, inclusive no que se refere à previdência, porque precisa aumentar a competitividade. Nesta desoneração, os empresários irão diminuir os gastos com a folha de pagamento e deixarão de recolher o salário-educação.

Segundo o expositor, é preciso estar atento para estas questões. Isto não interessa aos (às) trabalhadores (as). Não tem que desonerar coisa alguma. A previdência não pode ter suas receitas reduzidas. A partir desta redução, corre-se o risco de reduzir benefícios. A PEC 336 que acaba com a contribuição sobre o lucro do líquido está prontinha para ser votada. Ela está sendo fatiada por causa das polêmicas postas.

Concluiu, dizendo o seguinte: “enviamos documento à Presidenta ressaltando a importância

das políticas públicas e a necessidade das audiências públicas para discutir estas reformas. Nós queremos justiça social”.

Lembrou que a deputada é do PSDB, atualmente partido de oposição ao governo. Segundo ele, o governo, quando se trata de defender os direitos do (a) trabalhador (a), ele se coloca contra. Os (as) parlamentares não tinham coragem de encarar o Presidente e, agora, a Presidente Dilma, e terminam aprovando o que o governo determina. A oposição é a minoria. Acabou fazendo críticas severas contra o governo atual. Sobre a MP 520, colocou que a deputada propôs 3 emendas para minimizar os efeitos da medida junto às universidades.

Edson Guilherme – Esclareceu sobre os encontros estaduais ressaltando que as reuniões em Brasília não inviabilizarão os estaduais. Solicitou que não haja briga entre os (as) trabalhadores (as) porque as brigas fragilizam. Quanto mais a gente se dividir, mais se contribuiu para aqueles (as) que querem nos derrotar e aqui se inclui os governos.

Omar Markense – Fez questão de ressaltar que é preciso que a FASUBRA divulgue e oriente mais as suas ações junto às Universidades nos estados e envolva mais as Estaduais. É importante a aprovação das PECs, por isso é necessário que os (as) trabalhadores (as) procurem envolver os (as) parlamentares nas suas bases.

14h: Preparando para a aposentadoria
Convidada: Sheila Giardani Murta (Professora do Instituto de Psicologia da UnB) - **Sheila** – Com experiência em psicologia na área de recursos humanos, fez uma brilhante explanação sobre a qualidade de vida na aposentadoria e os fatores que levam os (as) trabalhadores (as) a obtê-la. Falou com muita ênfase sobre a importância do (a) trabalhador (a) se preparar para a aposentadoria, desenvolvendo várias atividades que o mantenha em atividade.

Além da satisfação no desenvolvimento das atividades laborais, Sheila lembrou que o (a) trabalhador (a) precisa ter saúde, segurança financeira, buscar fazer atividades físicas, manter relacionamentos significativos, não abusar de drogas, desenvolver práticas de educação saudável, enfim ter qualidade de vida.

Falou também sobre o significado da felicidade. Lembrou que, na realidade, o ser humano se importa com o seu bem estar, ser feliz. Portanto, complementou que é importante desenvolver atividades que tragam este bem estar, como: fazer viagens, desenvolver atividades prazerosas. Afirmou que “ter dinheiro é importante para trazer qualidade de vida, mas não é imprescindível para ser feliz”.

Quanto à morte, falou que, na medida em que a gente perde um ente querido, a gente percebe que a vida é cheia de ciclos. Na medida em que a gente se dá conta de que nada é eterno, a gente aceita melhor a vida.

Sobre planejamento para a aposentadoria falou que, se a gente não quer se aposentar é mais

Encontro de aposentados da FASUBRA (continuação)

difícil aceitar. Mas, se a gente planeja onde quer chegar, onde vai morar, o que vai fazer, que atividades pode se dedicar, a aposentadoria vai ser bem aceita. Fez questão de frisar que “se a pessoa não tem tempero diferente que o trabalho, quando falta este tempero, falta o sentido para sua vida”. Segundo a expositora, se preparar é ter diferentes fontes de prazer e de sentido à vida.

Quanta à atenção à saúde, ressaltou que a pessoa precisa se cuidar preventivamente com exames periódicos, que as pessoas precisam cuidar bem de si e não ficar esperando só pelo outros, pelo governo, pelo sindicato, etc.

Lembrou que já existe Programa de Atenção à Saúde do Trabalhador. Comentou que, no momento, infelizmente só existe em algumas universidades. Ressaltou que é importante criar programas de preparação para aposentadoria que trabalhem com os (as) que ainda não estão aposentados. Comentou que o serviço público existe há muito tempo, mas que só recentemente surgiram políticas de promoção a saúde. Completou: “que bom que elas existem, mas precisam ser implementadas e as lutas de grupos podem fazer com que estas políticas se concretizem.”

Mencionou que programas de prevenção podem ser feitos em trabalhos de grupos. É importante que as pessoas precisam procurar lugares ou coisas que as levem ao bem estar. Para se prevenir, é preciso evitar endividamento, ter trabalho estável. A gente não pode transferir para o governo, para a FASUBRA, para os outros a responsabilidade de cuidar de si. Frisou que a gente sabe “que a vida não é fácil. Há dias em que a gente está feliz, há outros dias que não”.

Teceu elogios em relação às experiências positivas relatadas por alguns (as) dos (as) participantes do Encontro. Enfim, encerrou sua fala de forma positiva, agradecendo o convite, registrando o prazer de ter aprendido muito e poder ter contribuído. Finalizou com esta frase: “Parabéns a todos (as) por cuidarem também de vocês mesmos...”

16h: Reposicionamento dos aposentados - Convidados: Secretário de Recursos Humanos do MP, Duvanier Paiva, e ANDIFES. Como os dois não compareceram, a Mesa foi composta pelos Coordenadores de Aposentados, Edilson e João, e por Pedro Rosa (SINTUFF), que deram informes sobre Reposicionamento dos Aposentados.

Pedro Rosa – Fez referência à luta que tem sido empreendida acerca o Reposicionamento dos (as) Aposentados (as), mencionando as Universidades que já conseguiram implantar e as dificuldades que estas têm encontrado para manter o pagamento na folha e informou de como anda a questão na Universidade Federal Fluminense.

Edilson e João - Fizeram referência ao quadro diagnóstico da situação do Reposicionamento dos (as) Aposentados (as) nas Universidades em geral, constante das pastas dos (as) participantes e solicitaram que as Entidades de Base confirmassem ou atualizassem os dados ali contidos.

Concomitantemente, foram distribuídas ao ple-

nário cópias do PL de autoria do Senador Paulo Pain, que propõe a alteração da lei 11091, de 2005 no que se refere ao Reposicionamento dos (as) Aposentados (as) no Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação das IFES (PCCTAE).

17h Estratégias a serem seguidas - Edilson e João, Coordenadores de Aposentados - Cumprindo o último ponto da pauta, solicitaram aos (às) participantes que apresentassem propostas de encaminhamentos e as trouxessem por escrito a Mesa.

Desta forma, várias propostas foram encaminhadas à Mesa, que as sistematizou, passando logo à leitura das mesmas. Como de praxe, na medida em que iam sendo lidas, se não destacadas, iam sendo consideradas aprovadas, naquela instância, como indicativas, vez que o encontro não tem caráter deliberativo, como lembrado pela Mesa.

Seguem abaixo as propostas:

Estratégias a serem seguidas pela FASUBRA (Direção Nacional)

REALIZAÇÃO DE ENCONTROS, REUNIÕES, GT DOS APOSENTADOS (AS)

1 - Que seja reinstalado, neste ano de 2011, o GT de Aposentados (as) e seja agendada uma data com urgência para a próxima reunião;

2 - Que seja realizado, anualmente, o Encontro Nacional de Aposentados (as), com duração de 2 dias, e que o deste ano seja realizado no último trimestre;

3 - Que a pauta do próximo Encontro Nacional de Aposentados (as) seja elaborada na reunião do GT, realizada previamente;

4 - Que seja mantida reunião periódica da Coordenação de Aposentados com as Bases;

5 - Que seja articulada a CNESEF, com urgência, a realização do Encontro Nacional dos (as) Aposentados (as) das três esferas para se organizar a categoria dos (as) Aposentados (as) para o enfrentamento com o governo, junto com os (as) trabalhadores (as) da ativa;

INTERVENÇÃO DA FASUBRA JUNTO AO CONGRESSO NACIONAL

FASUBRA (DN) deve encaminhar ofícios às lideranças de partidos, aos relatores, às comissões específicas sobre as seguintes propostas que tramitam no Congresso:

1 - Pela aprovação:

a) da PEC 270-A, de 2008 (garantia dos proventos integrais para aposentadoria por invalidez);

b) da PEC 555, de 2006 (fim das contribuições previdenciárias sobre proventos e pensões, sem qualquer condicionante de idade);

c) do PL do Senador Paulo Pain, que altera o art.15 da Lei 11.091, de 2005 – PCCTAE (Reposicionamento dos Aposentados);

d) do PL 3299, de 2007, que estabelece o fim do fator previdenciário (a Presidente deve retirar o veto feito à referida PEC);

e) do PL 4434, de 2008, para recompor os valores dos (as) aposentados (as) do INSS;

f) do PL 01, de 2007, do Senador Paulo Pain, para manter o mesmo índice de reajuste do valor dos (as) Aposentados (as) do INSS, independentemente do número de salários mínimos;

g) do PL 178, de 2007, para reativar o Conselho Nacional de Seguridade Social;

h) do PL 2295, de 2008, que trata da jornada de 30 horas, sem redução de salários, para os (as) trabalhadores (as) da enfermagem;

i) do PL 277, de 2008, que cria o Imposto sobre Grandes Fortunas (IGF);

j) do PL 555, de 2010, que concede aposentadoria por insalubridade para os (as) estatutários (as);

k) da PEC 441, de 2005, que minimiza os efeitos da EC 47, de 2005 (Paralela que aprofundou a reforma, acabando com a paridade e a integralidade).

2 - Pela rejeição ou revogação:

a) da MP 520, de 2010, que cria a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares S.A. – EBSEH;

b) do PL 549, de 2009, que limita os gastos com o serviço público;

c) do PL 248, de 1998 (carreiras típicas de estado), que propõe o regime da CLT para os (as) servidores (as) públicos (as), mesmo concursados (as);

d) do PL 1992, de 2007, que cria Previdência Complementar (Fundo de Pensão) para servidores (as) públicos (as);

e) da proposta governamental que desonera tributos, permitindo aos (às) empresários (as) deixar de contribuir com 2,5% sobre a folha de pagamento dos (as) empregados (as) destinados ao salário educação;

f) de qualquer reforma que venha retirar direitos dos (as) trabalhadores (as) ativos (as), aposentados (as) e pensionistas.

INTERVENÇÃO DA FASUBRA JUNTO AO GOVERNO FEDERAL

A FASUBRA (DN) deve encaminhar ao Governo Federal solicitando:

1 - Cômputo da licença prêmio;

2 - Correção imediata dos arts. 184, da Lei 1711, de 1952, e 192, da Lei 8112, de 1990;

3 - Revisão do enquadramento das aposentadorias proporcionais;

4 - Incentivo para os cargos de técnicos, ajustando a portaria já aprovada na Comissão Nacional (Anexo IV);

5 - Descongelamento dos quintos incorporados;

6 - Reuniões periódicas da Comissão Nacional de Supervisão da Carreira;

7 - Data base com reajuste no mínimo igual à inflação.

PROMOÇÃO DE CAMPANHA E ELA-

BORAÇÃO DE PROPOSTAS

1 – Que a FASUBRA (DN) desenvolva campanha nacional para que as IFES implantem Programa de Preparação para Aposentadoria (PPA) dos (as) trabalhadores (as);

2 – Que a FASUBRA (DN) oriente as Entidades de Base para que estabeleçam debates sobre a implantação de Previdência complementar, sobretudo para os (as) trabalhadores (as) que ingressaram no serviço público após 2003;

3 – Que a FASUBRA lute para que os (as) aposentados (as) possam votar e ser votados (as) para Reitor, assim como terem direito de ser membros dos Colegiados Superiores das Universidades;

4 – Que a FASUBRA elabore proposta visando o reescalonamento da Dívida Pública Brasileira;

5 – Que a FASUBRA proponha o fim da aplicação da Desvinculação das Receitas da União (DRU), que retira 20% do Orçamento da Seguridade Social;

6 – Que a FASUBRA proponha o fim da redução de 30% no valor das Pensões de trabalhadores (as) estatutários (as);

7 - Que a FASUBRA proponha aos senadores apresentarem PL que limite os gastos do governo federal para pagamento dos encargos da Dívida Pública;

8 – Que a FASUBRA solicite apoio da ANDIFES para o Reposicionamento dos (as) Aposentados (as);

9 – Que se faça um evento, se possível, com a CNESEF, para debater com Aposentados (as) por Invalidez, no sentido de que se tenha alternativa sobre doenças aceitas para este tipo de aposentadoria.

ESTRATÉGIAS S SEREM SEGUIDAS PELAS ENTIDADES DE BASE

1 – Que as Entidades de Base colem assinaturas no abaixo assinado sobre Reposicionamento dos Aposentados (proposta em anexo), a ser entregue ao MEC por representantes de todas as Bases num dia específico de luta;

2 - Que sejam desenvolvidas ações junto às IFES para que os (as) aposentados (as) possam votar e ser votados (as) para Reitor, assim como terem direito de ser membros dos Colegiados Superiores das Universidades;

3 – Que as Entidades de Base formem Comissão para acompanhamento das propostas aqui apresentadas.

Projeto de lei sobre Reposicionamento

Confira na íntegra o projeto de lei nº 53, DE 2011 que altera o art. 15 da Lei nº 11.091, de 2005, para dispor sobre o posicionamento dos aposentados e pensionistas nas tabelas remuneratórias constantes do Anexo I da Lei.

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 53, DE 2011

Altera o art. 15 da Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005, para dispor sobre o posicionamento dos aposentados e pensionistas nas tabelas remuneratórias constantes do Anexo I da Lei.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 15 da Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo:

“Art. 15.....

§ 6º O enquadramento dos servidores aposentados e dos pensionistas nas tabelas constantes do Anexo I desta Lei será referenciado à situação em que o servidor se encontrava na data da aposentadoria ou em que se originou a pensão.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005, objeto de alteração pelo nosso projeto, dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreira dos cargos Técnico-Administrativos em Educação, no âmbito das instituições federais de ensino vinculadas ao Ministério da Educação, e dá outras providências.

A promulgação da Lei resultou de intensas negociações por largo espaço de tempo, e ainda assim deixou a desejar no que concerne ao posicionamento dos aposentados e pensionistas. Com efeito, a esses cidadãos que dedicaram suas vidas em prol de atividades ligadas à Educação não foi dispensado o merecido tratamento com relação à forma de seu enquadramento na tabela remuneratória, pois não se levou em conta a situação em que se encontravam nas datas em que se deram a aposentadoria e a concessão da pensão.

A nossa intenção, pois, é corrigir essa injustiça mediante a alteração da Lei no seu art. 15, acrescentando-lhe um parágrafo e, dessa maneira, dispensar a esses cidadãos o mesmo tratamento dado a outras categorias de aposentados e pensionistas em diversas Leis, das quais citamos a Lei nº 11.233, de 22 de dezembro de 2005, que, entre outras coisas, instituiu o Plano Especial de Cargos de Cultura e a Gratificação Específica de Atividade Cultural. O seu art. 1º comporta parágrafo com disposição idêntica à alteração que se pretende aprovar pelo Projeto ora apresentado.

Creemos, dessa forma, que a acolhida da nossa iniciativa pelos ilustres Pares corrigirá lacuna existente na Lei nº 11.091, de 2005, prejudicial aos aposentados e pensionistas ali referidos, razão que nos leva a esperar por sua aprovação.

LEI Nº 11.091, DE 12 DE JANEIRO DE 2005

Dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, no âmbito das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 15. O enquadramento previsto nesta Lei será efetuado de acordo com a Tabela de Correlação, constante do Anexo VII desta Lei.

Presidência da República

Casa Civil

Subchefia para Assuntos Jurídicos

LEI Nº 11.233, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2005

Institui o Plano Especial de Cargos da Cultura e a Gratificação Específica de Atividade Cultural - GEAC; cria cargos de provimento efetivo; altera dispositivos das Leis nos 10.862, de 20 de abril de 2004, 11.046, de 27 de dezembro de 2004, 11.094, de 13 de janeiro de 2005, 11.095, de 13 de janeiro de 2005, e 11.091, de 12 de janeiro de 2005; revoga dispositivos da Lei no 10.862, de 20 de abril de 2004; e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica estruturado o Plano Especial de Cargos da Cultura, composto pelos cargos de provimento efetivo, regidos pela Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que não estejam organizados em carreiras, pertencentes aos Quadros de Pessoal do Ministério da Cultura, do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, da Fundação Nacional de Arte - FUNARTE, da Fundação Biblioteca Nacional - FBN e da Fundação Cultural Palmares - FCP, em 30 de julho de 2005, ou que venham a ser redistribuídos para esses Quadros, desde que as redistribuições tenham sido requeridas até 12 de julho de 2005, mediante enquadramento dos servidores, de acordo com as respectivas atribuições, requisitos de formação profissional e posição relativa na tabela, conforme o constante do Anexo I desta Lei.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.)

Publicado no DSF, em 18/02/2011.

Secretaria Especial de Editoração e Publicações do Senado Federal – Brasília-DF
OS: 10401/2011

Laudo de Insalubridade e Periculosidade

A Comissão de elaboração do novo Laudo de Insalubridade e Periculosidade vem informar a todos os servidores da UNIRIO sobre o formulário que será entregue no mês de Março, juntamente, com o contracheque e estará disponível no site da Universidade para preenchimento obrigatório tendo em vista a construção desse novo Laudo, conforme o determinado pela Orientação Normativa SRH/MPOG N.: 02 de 19/02/2010.

De acordo com a legislação em vigor, o Laudo deve ser individual e por isso a necessidade do preenchimento dos formulários por cada servidor. Vale ressaltar que esta é a primeira etapa do trabalho da Comissão, uma vez que se faz obrigatório a avaliação dos ambientes laborais com suas devidas mensurações. Assim, em virtude do grande número de setores da UNIRIO, daremos início à avaliação naqueles submetidos a riscos físicos, químicos e biológicos. Diante de inúmeras tarefas, alguns profissionais da área de Engenharia de Segurança do Trabalho de outras Instituições públicas se disponibilizaram a prestar uma possível contribuição no processo de avaliação ambiental, uma vez que a contratação destes profissionais é vedada por Lei.

Ainda que a constituição desta Comissão esteja direcionada para a regulamentação do adicional de insalubridade e periculosidade, espera-se que com estas avaliações, se dê início a construção de uma nova ideologia dentro da nossa Instituição no que se refere à aplicação de medidas corretivas para a eliminação ou neutralização dos riscos nos ambientes de trabalho. Esse pode ser o primeiro passo para iniciarmos tais mudanças.

Tentando esclarecer, a presidente desta Comissão agradece desde já a colaboração de todos e ciente das inúmeras dificuldades que surgirão, espera, sinceramente, que o trabalho desta Comissão não seja voltado tão somente para o recebimento ou não do benefício do adicional, mas sim, apresentar um caminho para melhorar as condições de trabalho.

ASSÉDIO MORAL

Coação moral no emprego

Projeto de Lei nº 80, de 2009, sobre coação moral no emprego
De iniciativa do Senador Inácio Arruda - PCdoB

Altera dispositivos da Lei nº 8666, de 21 de junho de 1993, que “regulamenta o artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências”, e institui o Cadastro Nacional de Proteção contra a coação moral no emprego.

JUSTIFICAÇÃO

O chamado “assédio moral”, expressão cunhada na França, e que para efeitos deste projeto de lei denominamos coação moral, consiste em um dos problemas comumente encontrados no ambiente de trabalho e que põe risco a sanidade mental e a dignidade e honra dos trabalhadores.

A coação moral não é, de forma alguma, um fenômeno novo, porém a reflexão e o debate sobre o tema ainda são recentes. Levantamento da Organização Internacional do Trabalho (OIT) aponta para distúrbios da saúde mental relacionado com as condições de trabalho em países desenvolvidos, como Finlândia, Alemanha, Reino Unido, Polônia e Estados Unidos. Segundo a OIT e a Organização Mundial da Saúde, as perspectivas não são boas, pois nas próximas décadas predominarão vários danos psíquicos relacionados com as novas políticas de gestão na organização de trabalho.

O assédio ou coação moral pode ser definido como a exposição dos trabalhadores e trabalhadoras a situações humilhantes e constrangedoras, repetitivas e prolongadas no exercício de suas funções, sendo mais comuns em relações hierárquicas de um ou mais chefes dirigida a um ou mais subordinado(s). Tal atitude, além de constranger, desestabiliza o empregado durante sua permanência no ambiente de trabalho e fora dele, forçando-o muitas vezes a desistir do emprego, acarretando prejuízos para o trabalhador e para a organização.

Dessa maneira, exigir que a empresa não permita práticas degradantes em seu ambiente de trabalho é um instrumento de defesa dos trabalhadores. A lei 8.666/93, que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, enumera em seu artigo 27 os requisitos necessários para a habilitação dos interessados em participar das licitações promovidas pelo poder público, a saber: habilitação jurídica, qualificação técnica, qualificação econômico-financeira, regularidade fiscal e o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, que proíbe o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.

A presente proposta amplia esse rol para incluir entre esses requisitos a comprovação de que não há registros de condenação da empresa participante do processo licitatório por prática de coação moral contra seus empregados nos últimos cinco anos. Para melhor atender a esse fim, o projeto também institui um Cadastro Nacional de Proteção contra a Coação Moral no Emprego, para subsidiar os gestores públicos com informações qualificadas a respeito da atuação dos licitantes no cumprimento de obrigações assumidas.

O fato de se impedir, por determinado período de tempo, que empresas condenadas por práticas de coação moral no ambiente de trabalho venham a licitar com a Administração Pública constitui-se importante medida para prevenir e combater a incidência de tais casos. Diante do exposto, contamos com a atenção dos nobres Pares para a aprovação da proposta.

Projeto de Lei do Senado nº 80, de 2009
11/03/2009

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º - Acrescente-se inciso V ao art. 27 da Lei na 8.666, de 21 de junho de 1993, com a seguinte redação:

“Art. 27.....

VI - comprovação de que não há registros de condenação por prática de coação moral contra seus empregados nos últimos cinco anos.”

Art. 2º - Fica instituído o Cadastro Nacional de Proteção contra a Coação Moral no Emprego a ser gerido por órgão competente do Poder Executivo.

Parágrafo único. O Cadastro a que se refere o caput deste artigo conterá informações atualizadas sobre as empresas condenadas por prática de coação moral contra seus empregados nos últimos cinco anos.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Novo cronograma da eleição para reitor da UNIRIO

DATA	HORÁRIO	EVENTO	LOCAL
23, 24 e 25/02/2011	- 9h às 12h - 13 às 17h	Inscrição de Candidatos	Sala de Audiovisual Escola de Nutrição, 3º Av. Pasteur, 296 - Urca
28/02/2011	- 17h	Divulgação do deferimento das inscrições dos candidatos	Sala da Comissão – Av. Pasteur, 296 – Urca – sala dos Conselhos Superiores
01/03/2011	- 9h às 12h - 13h às 17h	Prazo para recurso de impugnação de candidato	Sala da Comissão – Av. Pasteur, 296 – Urca – sala dos Conselhos Superiores
02/03/2011	- 17h	Divulgação da decisão dos recursos	Sala da Comissão – Av. Pasteur, 296 – Urca – sala dos Conselhos Superiores
03/03/2011	- 0h	Início das atividades de campanha eleitoral	UNIRIO
	- 10h	Sorteio da ordem de inclusão dos candidatos nas cédulas	Sala da Comissão – Av. Pasteur, 296 – Urca – sala dos Conselhos Superiores
15/03/2011	- 18h	Debate dos Candidatos	Auditório Paulo Freire – Campus Pasteur 458
17/03/2011	- 18h	Debate dos Candidatos	Auditório do CCJP – Campus Voluntários da Pátria 107 - Botafogo
19/03/2011	- 13h	Debate dos Candidatos pela WEB	Polos EAD UNIRIO
22/03/2011	- 14h	Debate dos Candidatos	Anfiteatro Soares de Meirelles – Campus IB
24/03/2011	- 10h	Debate dos Candidatos	Anfiteatro Geral do HUGG
29/03/2011	18h	Debate dos Candidatos	Sala Paschoal Carlos Magno – Palcão – Campus Pasteur 436
31/03/2011	- 15h	Debate dos Candidatos	Sala Vera Janacopolus Campus Reitoria
01/04/2011	21hs	Fim das atividades de campanha	UNIRIO

DATA	HORÁRIO	EVENTO	LOCAL
02 e 03/04/2011	- 9h às 17h	Consulta para Reitor	Seções Eleitorais dos Polos EAD UNIRIO
04 e 05/04/2011	- 9h às 21h *	Consulta para Reitor	Seções Eleitorais: Reitoria; IB; CCH; CLA; HUGG; CCJP
06/04/2011	- 9h às 19:30h *	Consulta para Reitor	Seções Eleitorais: Reitoria; IB; CCH; CLA; HUGG; CCJP
	- 23h	Apuração dos votos	Sala Vera Janacopolus – Campus Reitoria
07/04/2011	- 9h	Divulgação do resultado da consulta	Sala da Comissão – Av. Pasteur, 296 – Urca – sala dos Conselhos Superiores
	- 10h às 15h	Entrega de relatório de prestação de contas do montante dos gastos realizados na campanha pelo(s) candidato(s) discriminando o tipo de despesa e a origem dos recursos	
	- 9h às 12h - 13h às 17h	Pedido de recurso à Comissão	
08/04/2011	- 12h	Divulgação dos recursos	Sala da Comissão – Av. Pasteur, 296 – Urca – sala dos Conselhos Superiores e site da Comissão
	- 17h	Encerramento dos trabalhos da Comissão	
11/04/2011	- 10h	Entrega do Processo na Reitoria	Reitoria
14/04/2011	- 10h	Reunião do Colégio Eleitoral para homologação do resultado final.	Reitoria
18/04/2011	- 10h	Envio da Lista Tríplice ao MEC	Reitoria

* No Centro de Letras e Artes a consulta terá início às 12h.

Hospitais universitários: patrimônio público sob gestão pública

A edição da Medida Provisória (MP) 520, no último dia do mandato do presidente Lula, representa um retrocesso na política de fortalecimento dos serviços públicos. A Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares S.A., criada pela medida, intensifica a flexibilização das relações de trabalho que ocorre nas Instituições Federais de Ensino (IFES), através das fundações de apoio privadas. Portanto, essa empresa aprofunda as contradições existentes na conformação do Estado brasileiro.

Os trabalhadores Técnico-Administrativos em Educação das instituições de Ensino Superior sempre estiveram na luta contra quaisquer posições que secundarizam o papel da Universidade Pública Brasileira, que tem por princípio a transformação social, o desenvolvimento e a soberania do país.

O prazo para substituição do pessoal terceirizado dos Hospitais Universitários (HU's), determinado pelo Tribunal de Contas da União (TCU) teve seu primeiro desfecho no ano 2000, na gestão do então presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC), sendo revalidado em Acórdão do Tribunal no ano de 2006, na gestão de Lula. Com a criação da EBSEH, os recursos, advindos do Tesouro Nacional através do SUS, também continuarão a financiar a terceirização, dando sequência a este grande problema. Embora o Governo Lula tenha tido oito anos para realizar concursos públicos e resolver a questão das contratações ilegais, não o fez. Nesse período, o movimento sindical e a sociedade civil organizada derrotaram parcialmente o Projeto de Lei (PLP) 92/2007, que propunha a criação da Fundação Estatal de Direito Privado. Portanto, essa nova medida veio substituir um projeto do governo derrotado em diversos fóruns, e foi atribuída à necessidade de resolver o

contrato irregular dos trabalhadores fundacionais - terceirizados - nos hospitais. O prazo dado pelo TCU acabava em 31 de dezembro de 2010, tendo sido repactuado pelo governo, que precisava então resolver a situação.

A FASUBRA Sindical está convicta da necessidade estratégica de se fortalecer o Estado brasileiro, que passa também pela política de recomposição da força de trabalho das IES, articulada à expansão e democratização do acesso às essas instituições. O movimento sindical das IES defende e reivindica a expansão das mesmas, desde que mantida a qualidade da educação e dos serviços prestados. Para tanto é necessário a realização de concursos públicos pelo RJU, a partir do dimensionamento da força de trabalho, que definirá quantos e quais e são os cargos necessários às necessidades da instituição, de acordo com o seu perfil e a sua atuação regional.

A FASUBRA, cumprindo um papel histórico de defesa do patrimônio público dos brasileiros, alerta a sociedade sobre os grandes prejuízos que todos poderemos ter a partir da implementação da EBSEH nos hospitais universitários de ensino. O que nos move neste atual momento é a certeza de que nenhuma forma de gestão que precarize o trabalho e o atendimento nos HU's resolverão os problemas de gestão no seio das instituições. A FASUBRA Sindical não medirá esforços para denunciar a MP520 em todos os fóruns democráticos, principalmente nas instâncias que fazem interface com a Saúde e a Educação. Projetos como este já foram rechaçados pela sociedade. E esta é uma nova e árdua tarefa que merece a atenção e intervenção do povo brasileiro.